

**PODER /** Câmara pode aprovar urgência para tramitação de projeto que prevê, entre outras medidas, a divulgação de informações sensíveis de uma disputa e limitações para a atuação de mediadores. Texto, porém, sofre críticas

# PL quer mudar arbitragem

» VICTOR CORREIA

Nilson Bastian/Agência Câmara



Margarete é autora do PL que revê a Lei de Arbitragem, cujo texto é considerado um retrocesso e na contramão do padrão internacional

No primeiro dia depois do recesso legislativo, a Câmara dos Deputados pode votar, hoje, um requerimento de urgência para o Projeto de Lei (PL) 3.293/21, que altera a Lei da Arbitragem. A prática é uma forma de solucionar conflitos entre partes privadas, como empresas, sem passar pelo Judiciário. O texto em tramitação prevê, entre outras medidas, a divulgação de informações envolvidas na disputa e limitações para a atuação dos árbitros. Especialistas e entidades da área, porém, defendem que o PL é prejudicial ao setor.

O projeto é de autoria da deputada federal Margarete Coelho (PP-PI) e foi apresentado em novembro do ano passado. A argumentação do texto traz que as alterações propostas na Lei 9.307/96 visam “prover limites objetivos à atuação do árbitro e otimizar o dever de revelação às partes”. Caso o PL seja aprovado, os árbitros não poderão atuar em mais de 10 processos ao mesmo tempo, nem compor tribunais com os mesmos membros.

Outro ponto importante é a obrigatoriedade de se publicar informações referentes às disputas arbitradas, como os valores envolvidos. A deputada defende que a lei não obriga que as arbitragens sejam confidenciais, e que a divulgação dos dados pode dissuadir os pedidos indevidos de anulação das decisões. Além disso, conforme salientou, “ajudará a criar uma verdadeira jurisprudência, tão cara ao sistema jurídico, mas inexistente na arbitragem”.

O PL está na Comissão de Constituição, Justiça e Justiça e



**(O PL) vai fazer com que a nossa legislação sobre a arbitragem seja atípica e fora dos padrões internacionais”**

**André Abbud**, presidente do Comitê Brasileiro de Arbitragem

Cidadania (CCJC) da Câmara, onde foram apresentadas cinco emendas. O colegiado, porém, ainda não votou a matéria.

Em 6 de julho, foi apresentado um requerimento de urgência pelos deputados André Fufuca (PP-MA), Igor Timo (Podemos-MG), Elmar Nascimento (União-BA), Vinicius Carvalho (Republicanos-SP), Altineu Côrtes (PL-RJ), Christiane de Souza Yared (PP-PR) e Antônio Brito (PSD-BA). O requerimento está previsto para apreciação na sessão de hoje. Caso aprovado, o PL

poderá ser enviado a votação no plenário sem passar pelas comissões.

## Rejeição

Desde a apresentação do pedido de urgência, entidades ligadas à arbitragem, ao Direito e federações industriais criticam o projeto, que avaliam como prejudicial à arbitragem no país. O Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) emitiu uma nota técnica criticando o pedido de urgência e citando mais de 50 instituições

jurídicas contrárias ao texto.

Segundo a nota, assinada pelo advogado Joaquim de Paiva Muniz, membro da comissão permanente de arbitragem e mediação do IAB, as alterações propostas no PL podem levar “a redução de casos, a migração das arbitragens brasileiras para outros países e a eliminação do país como possível sede de arbitragens internacionais, gerando, ao fim, prejuízos à economia brasileira”.

Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), além do Instituto Brasileiro de Direito

Processual (IBDP), do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC) e da Câmara Americana de Comércio para o Brasil (Amcham), também se manifestaram contrários ao PL.

Segundo o presidente do Comitê Brasileiro de Arbitragem (CBAr), André Abbud, as mudanças na legislação trazem “regras sem paralelo com nenhum país que tenha a arbitragem como um método desenvolvido. Se aprovado, (o projeto) vai fazer com que a nossa legislação sobre a arbitragem seja única no mundo, completamente atípica e fora dos padrões internacionais”, lamentou.

Abbud defende que a limitação a 10 arbitragens por profissional é absurda e a compara com os juízes de Direito, que atuam em centenas de casos. “O projeto está assumindo que tudo o que os juízes fazem todos os dias no Brasil não presta”, ironiza.

Ele explica, ainda, que a confidencialidade é um dos grandes incentivos à arbitragem, que envolvem disputas contratuais com informações sensíveis, segredos comerciais e valores que as empresas em confronto não querem tornar públicas.

O presidente da CBAr aponta, também, que as entidades ligadas à arbitragem não foram consultadas na apresentação e tramitação do projeto. E considera inadequado o pedido de urgência.

“Por que não deixar ele (o PL) ser discutido na CCJC, em audiência pública? Não vemos razão pela qual o debate em torno desse projeto precise ser feito com urgência para aprovar ao longo desta semana”, critica.

## TRANSPARÊNCIA

# Novo índice para avaliar deputados

» TAÍSA MEDEIROS

A falta de uma ferramenta que meça e acompanhe o desempenho dos parlamentares é um estímulo para que se criem distorções, como o Orçamento secreto, ou faça com que os integrantes da casa legislativa sejam indolentes na fiscalização — e eventual expulsão pela via da cassação do mandato — dos próprios pares. Para suprir tal lacuna, o Legisla Brasil

— sociedade sem fins lucrativos e suprapartidária — desenvolveu uma nova proposta para a avaliação de deputados federais, os representantes do povo.

A ideia é que os legisladores sejam avaliados em quatro eixos. O primeiro analisa a produção legislativa — avalia itens como a apresentação de projetos individuais e a relevância das propostas.

O segundo se refere à fiscalização, que analisa, entre outros

fatores, quantas solicitações de informação foram protocoladas pelo parlamentar, além de emendas orçamentárias e emendas empenhadas. Já o terceiro observa a mobilização do legislador, ou seja, quantos postos ele ocupa dentro do Parlamento — sobretudo presidências de comissões e relatorias.

O quarto eixo avalia o alinhamento partidário do parlamentar e observa se houve divergências entre ele e a posição fechada pelo partido diante de um tema em debate ou tramitação no Congresso. Tais dados levam em conta todos os deputados federais e suplentes que assumiram desde 2019 — os 513 eleitos e os 72 suplentes que assumiram o mandato em algum momento.

Para Luciana Elmairs, fundadora do Legisla Brasil, o índice tem o propósito de realizar análises mais profundas. “Ele consegue avaliar tecnicamente diferentes partes do trabalho parlamentar que outros não conseguiram captar. É todo feito com base em dados quantitativos. A gente não tem nenhum juízo de valor sobre o trabalho deles”, explica.

Segundo Luciana, o destaque do índice é a possibilidade de se avaliar todas as áreas que o mandato parlamentar, conforme prevê a Constituição, deveria alcançar. “A gente vota nas pessoas e a não tem nenhuma forma de entender se elas estão trabalhando bem ou mal. É uma forma de o voto ser mais consciente”, acredita.

## Média elevada

Pelos índices do Legisla Brasil, um terço dos integrantes da Câmara que representam o Centro-Oeste teve desempenho bom ou ótimo. A proporção de parlamentares bem avaliados da região está acima da média nacional, de 23%. Na região, a média foi de 34% de deputados federais considerados bons e ótimos. Apenas dois estados da região registraram avaliações de deputados que ficaram entre os mais mal avaliados do país: Mato Grosso do Sul e Goiás.

Dos 44 parlamentares da região, 34% tiveram um desempenho de três estrelas, considerado mediano; 25% ganharam duas estrelas por uma atuação

fraca; e 7% apenas uma estrela — ou seja, ruim.

Além disso, o índice do Legisla Brasil mostrou que o Distrito Federal foi a unidade da federação que teve, proporcionalmente, o melhor desempenho de seus parlamentares. Dos oito deputados federais do DF, metade ficou com cinco estrelas, dois com quatro estrelas, um com três estrelas e um com duas. No grupo de cinco estrelas do DF estão Erica Kokay (PT), Luís Miranda (Republicanos), Paula Belmonte (Cidadania) e Julio Cesar Ribeiro (Republicanos).

A nível nacional, 41 deputados foram avaliados com cinco estrelas, seguidos por 91 com quatro, 202 com três, 205 com duas e 34 com uma.



ROBERTO BRANT

**AS ELEIÇÕES QUE SE APROXIMAM, AQUI NO BRASIL, MAIS DO QUE QUALQUER OUTRA REALIZADA DEPOIS DA VOLTA DA DEMOCRACIA, EM 1985, ESTÃO INDICANDO QUE A NAÇÃO BRASILEIRA ESTÁ SE TORNANDO UMA COMUNIDADE DE TRIBOS QUE SE ANTAGONIZAM E QUE NÃO SE RECONHECEM COMO PARTES DE UMA MESMA SOCIEDADE**

(cartas: SIG, Quadra 2, Lote 340 / CEP 70.610-901)

# Quando voltaremos a ser uma nação?

Nos países democráticos, as eleições são o momento culminante da vida política. É um tempo de disputa e de competição, mas, principalmente, uma celebração da liberdade e da ordem. Quando este momento se converte num estado de apreensão e de incerteza, é porque algo corrosivo está ocorrendo no interior da sociedade.

Eleições são indispensáveis às nações civilizadas, necessariamente compostas por grupos com opiniões diferentes e com igual direito de chegar ao poder. Como disse o pensador francês Ernest Renan, “uma nação é um plebiscito cotidiano”, no qual os cidadãos reafirmam diariamente sua vontade de constituir uma “unidade de destino”, como completa

Mário Vargas Llosa.

As eleições que se aproximam, aqui no Brasil, mais do que qualquer outra realizada depois da volta da democracia, em 1985, estão indicando que a nação brasileira está se tornando uma comunidade de tribos que se antagonizam e que não se reconhecem como partes de uma mesma sociedade. Não podemos cair na tentação de simplificar essas divisões, atribuindo o clima de polarização e de intolerância à simples manipulação por parte dos candidatos. Ninguém individualmente tem o poder de dividir tanto uma grande e diversificada população, como é o caso da brasileira.

As sementes dessa divisão estão presentes faz muito tempo, embora só agora

tenham ganhado massa crítica para dominar o espaço político. O velho Aristóteles já ensinava, há mais de dois mil anos, que “uma cidade é composta de diferentes tipos de homens, pessoas semelhantes não podem dar existência a uma cidade”.

Conviver num mundo de diferentes não é, portanto, uma livre escolha de nossa parte, mas uma exigência da própria natureza da vida humana, que abomina a homogeneidade e só se desenvolve na diversidade. Uma sociedade que se segrega em grupos de iguais, que só é solidária com os seus e que rejeita e agride os que pensam ou são diferentes, está deixando de ser humana e regredindo à nossa mais longínqua pré-história.

## Na pré-história

Isso não corresponde, absolutamente, aos nossos instintos primordiais. Se a competição tivesse sempre abafado a cooperação, a humanidade ainda estaria vivendo nas cavernas. Se não quisermos voltar ou estacionar no tempo, teremos que encontrar os meios de pacificar todos os brasileiros e desfazer os traços tribais que conspiram com a necessidade de aceitarmos “a unidade de destino”, único caminho para aspirarmos a um futuro melhor para todos nós.

O Brasil não está condenado nem pela natureza, nem pela história, a ser um país irrelevante, atrasado e injusto. A verdade, no entanto, é que há mais de 40 anos deixamos de crescer com regula-

ridade e de diminuir a distância que nos separa dos países desenvolvidos. Não era isso que todos esperavam de nós, pois se mantivéssemos o ritmo médio de crescimento que experimentamos em todo o século XX até os anos 1980, estaríamos hoje com o nível de renda próximo ao da Espanha e de Portugal.

O enigma que cerca essa mudança de trajetória só pode ser decifrado pelos erros da política, já que nenhum desastre de qualquer natureza se abateu sobre nós. O fracasso na economia começou com a herança que nos legou o regime militar e prosseguiu com a Constituição que sacralizou os privilégios da alta burocracia do Estado, manteve um sistema político sem

representatividade e proclamou direitos para todos, mas os assegurou, efetivamente, para muito poucos. A história, desde então, é de governos sem maioria própria, tentando mudar a Constituição para poder governar.

O resultado tem sido quase sempre uma sucessão de crises, ausência de crescimento, corrupção e a frustração das grandes maiorias sociais. Aí estão as sementes da falta de esperança, da raiva e do medo, as verdadeiras fontes desse novo Brasil tribal.

Estamos num ponto em que as eleições não vão, por si só, pacificar o país e torná-lo, de novo, uma nação. Resta esperar que nossos erros tenham chegado ao limite e que um evento imprevisível e regenerador nos permita voltar a ser uma nação.